



Nº 05 - 25/02/2025

ATA DA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DE DOIS MIL E VINTE E CINCO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, DO MANDATO 2021/2025, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Faria, em Montemor-o-Novo, realizou-se a quinta reunião de dois mil e vinte e cinco da referida Câmara, do mandato dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco, estando presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Olímpio Manuel Vidigal Galvão, e os senhores Vereadores Henrique José Leocádio Lopes, Maria Rosária Godinho Antas, em substituição da Senhora Vereadora Sílvia Santos, ausente por motivos de doença, António Luís Pinto Xavier, António Adriano Mateus Pinetra, Gil Pegado Porto e Paula Cristina Vaqueirinho Bilro. E em conformidade com o disposto nº 2 do art.º 57º da Lei 75/2013 de 12/9, esteve presente para dar apoio ao Órgão, a Chefe de Gabinete Paula Cristina Pinto Martins e eu, Paula Cristina Barreto Arraiolos Mira, que secretariei a reunião. A presente Reunião de Câmara realizou-se presencialmente.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

O Executivo aprovou por unanimidade a seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, previamente apresentada pelo Senhor Presidente:

1. DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

**A) 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2025
(REVISÃO ORÇAMENTAL DE INSERÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA)**

Tomou a palavra o Senhor Presidente e referiu que, é uma sessão de reunião extraordinária, pelo que, não existe período antes da Ordem do Dia, e será discutido e deliberado o ponto único desta reunião de Câmara, e que passou a apresentar, conforme abaixo se transcreve:

"De acordo com o inscrito no artigo 145.º da LEO nº 45-A/2024, de 31 de dezembro de 2024, que prevê a possibilidade de "Integração do saldo de execução orçamental Após aprovação do mapa Demonstração do desempenho orçamental", pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental.", submete-se:

- a 1ª Alteração Modificativa (Revisão Orçamental) ao Orçamento Municipal de 2025 e Grandes Opções do Plano (PAM/PPI), em que justifica a integração do saldo da gerência anterior no montante orçamental de 5 418 035,21€, dos quais 3 703 500,00€ (68,36%) reforçam as rubricas correntes, e 1 714 535,21€ (31,64%) reforçam as rubricas de capital. A despesa orçamental é reforçada nas rubricas dos Planos de Atividades Municipais em que as estimativas possam ser insuficientes para as despesas previstas, e ainda pelo reforço em rubricas de diversos Planos de Investimento.

Para validação do valor devem ainda ser aprovados os Mapas de Desempenho Orçamental e os Fluxos de Caixa, documentos integrantes na Prestação de Contas de 2024.

Caso mereça aprovação da Câmara Municipal, o documento será submetido para deliberação da Assembleia Municipal."

Disse ainda o Senhor Presidente que, o fato de se inserir mais cedo este saldo na conta de gerência no início do próximo mês de março, se for aprovado pela Assembleia Municipal na próxima sexta-feira, permitirá o reforço de alguns investimentos de despesas de capital, num ano mais curto de gestão autárquica, uma vez que, este é um ano de eleições. O Orçamento Municipal está disponível no dia 1 de janeiro e existe um elevado número de compromissos que transitam do ano anterior para o ano corrente, nesse sentido, a disponibilização mais célere do saldo de conta de gerência vem permitir o reforço das rubricas correntes essenciais para o funcionamento do município e para a prestação de um serviço público de qualidade aos munícipes. Com esta integração do saldo de conta de gerência, o Executivo propõe que as rubricas de despesas corrente e de capital sejam reforçadas. O reforço nas despesas correntes fixas, são relativas às despesas com a CIMAC, com a GESAMB, com a AGDA, é também reforçada a verba para a Feira da Luz de 2025, o apoio às associações e também o reforço às despesas ocorridas nos mais diferentes serviços municipais. Relativamente às despesas de capital, o reforço traduz-se no reforço para a aquisição de viaturas em 350 000,00€, o reforço na rubrica de aquisição de terrenos essenciais às obras das Silveiras e também da aquisição de terrenos em Santiago do Escoural, num valor de 230 000,00€, o reforço na requalificação da zona industrial da ADUA em 260 000,00€, o reforço para a intervenção básica em equipamentos desportivos na Escola EB2,3 no montante de 100 000,00€, o reforço na recolha porta-a-porta de bio resíduos em 139 400,00€, no reforço da rubrica de parques e jardins em 50 000,00€, o reforço em

equipamentos de deposição de resíduos de 30 000€, a instalação de uma plataforma de lavagem de viaturas no estaleiro municipal da Adua, no valor de 40 000,00€, os componentes de moloques de 22 500,00€, o reforço em quadros para captações de água em 120 000,00€, pontos de resíduos volumosos nas freguesias em 40 000,00€, intervenção na piscina coberta no valor de 40 000,00€ e o reforço na rúbrica de estudos e projetos de 100 000,00€ que, são necessários, tanto os avisos que surgirão no quadro do PT 2030, como para um estudo das previsões económico-financeiras do loteamento municipal junto às piscinas cobertas e ao Intermarché.

Para terminar, reforçou o Senhor Presidente que, a proposta apresentada pelo Executivo de aplicação do saldo da conta de gerência de 2024 é de 5 418 035,21€, aplicada em 3 703 500,00€ em rubricas de despesas correntes e 1 714 535,21€ em rubricas de despesas de capital.

Pedi a palavra o Senhor Vereador Gil Porto que, começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente e todos aqueles que assistem a esta transmissão através das redes sociais. Disse o Senhor Vereador Gil Porto que, no dia 6 de abril de 2022, aqui nesta mesma sala, em sede de reunião de Câmara, e após os Eleitos da CDU terem apresentado, esta solução da inserção do saldo de contas de gerência, de forma antecipada para resolver o problema do pagamento, às associações que naquela época tinham recebido uma carta assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal a avisar que só poderiam receber algum valor após a aprovação da Assembleia Municipal, em Abril, o Senhor Presidente referiu que, não era possível, calcular o saldo conta de gerência e fazer a sua inserção com uma revisão orçamental antes da prestação de contas. Isto é, disse o Senhor Vereador Gil Porto, mais uma prova, e cada vez mais é evidente para todos que, não se sabia e não se sabe bem, o que está aqui a fazer. Em ano de eleições autárquicas, o Senhor Presidente diz que, precisa deste dinheiro porque o ano é mais curto, marcando reuniões de câmara extraordinárias, como a que hoje, acontece para poder colocar cerca de 70% do valor a transitar em despesas correntes, ou seja, mais de 3 700 00,00€, antes de se deliberar a prestação de contas de 2024, mais ainda, os Eleitos da CDU não encontram fundamentação nos documentos apresentados para a integração do saldo, antes desta aprovação das contas, uma vez que, não encontram nestes documentos solução para a intervenção na Escola Básica EB2-3, para a Estrada de São Domingos ao Reguengo, para as ruas do Ciborro, para a envolvente dos taludes do Castelo, que está fechado há dois anos e meio, para a concessão e construção de um auditório municipal, para projetos de requalificação urbana, ou para o reservatório de água de Foros de vale de Figueira.

No entanto, disse ainda o Senhor Vereador Gil Porto, que os Eleitos da CDU encontram um conjunto duvidoso de rúbricas a reforçar, mais de 2,1 milhões de euros para a aquisição de serviços, mais de 293 mil euros para alocação de bens, mais de 230 mil euros para a compra de terrenos nas Silveiras e Escoural, mais 100 mil euros para a atividade do Gabinete de Comunicação, mais 300 mil euros para a limpeza e a higiene e 150 mil euros para outras funções económicas. Com tudo isso disse, fica a dúvida como foi possível chegar a este ponto, porque não é o facto de ser um ano de eleições que justifica uma reunião extraordinária para a inserção de um saldo da conta de gerência de uma prestação de contas que ainda não foi aprovada.

Tomou a palavra o Senhor Presidente que, disse recordar-se bem da reunião de 6 de abril de 2022, de ter referido que, não era possível, calcular o saldo conta de gerência e fazer a sua inserção com uma revisão orçamental antes da prestação de contas, porque, nessa data ninguém sabia qual era o saldo da conta de gerência, mas hoje dia 25 de fevereiro de 2025 os documentos já foram elaborados pelos serviços que, trabalharam desde o dia 1 de janeiro de 2025 até ao dia de hoje, para se obter o valor do saldo da conta de gerência, para que o mesmo, possa ser aplicado de acordo com as decisões e orientações que o Executivo em funções determinar, uma vez que foi eleito democraticamente em 2021, no dia 26 de setembro. Disse ainda que, como os Senhores Vereadores da CDU sabem, porque estiveram 45 anos no poder autárquico, o saldo da conta de gerência não pode ser distribuído a quando da aprovação de um orçamento municipal em novembro ou dezembro do ano anterior, só quando é conhecido é que pode ser devidamente aplicado. E é claro que, há serviços que precisam de ser reforçados, tal como disse o senhor Presidente anteriormente, com tributos obrigatórios da CIMAC e da GESAMB, porque a câmara de Montemor-o-Novo cumpre os compromissos assumidos, não tem qualquer fatura vencida à CIMAC, ao contrário de outras câmaras em que a dívida vencida há mais de 90 dias ascende mais de 700 mil euros.

Hoje o saldo da conta de gerência é conhecido de todos, mas em abril de 2022 não o era. Hoje está devidamente documentado, comprovado e pode ser aplicado. E é aplicado porque este ano é um ano em que este Executivo só estará até setembro, pelo facto de haver eleições autárquicas, nesse sentido há decisões que este Executivo quer aplicar e tem a legitimidade de aplicar, com a inserção deste saldo da conta de gerência se, a Assembleia Municipal assim o decidir.

Pedi a palavra novamente o Senhor Vereador Gil Porto que, lamentou que a intervenção do Senhor Presidente não tenha sido para responder aquilo que lhe foi perguntado, afirmando que, teve apenas a necessidade de afirmar que os reforços de rúbricas correntes são para pagamentos à CIMAC, no entanto realçou o Senhor Vereador Gil Porto que, no anterior executivo já não existiam dívidas à CIMAC. As questões colocadas anteriormente sobre o documento apresentado por quem está à frente neste momento na gestão da Câmara Municipal, e está hoje pronto para discussão e deliberação, ficaram sem resposta. Afirmando ainda que, o executivo municipal são os sete vereadores eleitos, que este não é um regime presidencialista, ao contrário do que pretendia e que tenta implementar. Os Eleitos da CDU

trouxeram um conjunto de questões sobre a inserção deste saldo da conta de gerência, e o Senhor Presidente respondeu que, é para pagar à CIMAC. O senhor Vereador Gil Porto pediu ao Senhor Presidente que apresente argumentos válidos e não de outros municípios, que nada têm a ver com o documento em discussão.

Tomou novamente a palavra o Senhor Presidente e, neste contexto disse que o Senhor Vereador Gil Porto não lhe fez qualquer pergunta, fez apenas afirmações que considerou pertinentes, relativamente ao documento em discussão. Relativamente ao regime presidencialista que o Senhor Vereador Gil Porto afirmou existir na Câmara Municipal, lembrou o Senhor Presidente que com certeza que o Senhor Vereador Gil Porto, não dialoga com quadros da Câmara Municipal, nem com os trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor-Novo já há muito tempo. O regime atual é tudo menos presidencialista, uma vez que, todos os trabalhadores da autarquia têm participação na gestão da Câmara Municipal. Neste momento são mais de 500 trabalhadores e todos tem participação, por isso é tudo menos presidencialista. Nunca houve uma gestão tão democrática e aberta como a que existe neste momento.

Relativamente ao pagamento à CIMAC foi referido pelo Senhor Presidente para justificar o reforço de verba, é uma realidade à semelhança das outras que também por si foram referidas, uma vez que, não foi possível distribuir apenas com o orçamento municipal aprovado em dezembro. Voltou a referir que, 2025 é um ano mais curto, cerca de 9 meses de gestão do atual Executivo, daí a necessidade de antecipar procedimentos, se o saldo da conta de gerência for aprovado em sede da Assembleia Municipal.

Pediu a palavra o Senhor Vereador António Xavier, que começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente e todos aqueles que assistem a esta transmissão pelas vias digitais. Relativamente ao ponto em discussão nesta reunião de câmara, começou por salientar dois aspetos positivos nesta revisão orçamental, um deles é de facto o período de tempo em que ele acontece, pois idealmente este valor teria que estar, isto é obviamente idílico, no orçamento em novembro. Não está, nunca está, há sempre saldo de gestão, isto acontece em todas as câmaras. Portanto, quanto mais rápido este saldo puder ser utilizado, quanto mais rápido os procedimentos forem iniciados, melhor. Esta não é uma tarefa fácil, muito pelo contrário, é complicado, para os serviços que, tiveram bastante tempo dedicados para que se pudesse estar hoje aqui. O ideal seria que, aliás, à imagem de outras câmaras municipais o pudessemos fazer sempre em fevereiro. Se é com uma reunião de câmara extraordinária, se é com uma reunião de câmara ordinária, isso disse o Senhor Vereador António Xavier, são pormenores e este é um aspeto positivo; outro aspeto positivo é, a assunção de uma verba ainda bastante considerável para a Zona industrial da Adua, que foi um dos pontos, referidos por si em novembro, quando da discussão do orçamento municipal. Todavia, os orçamentos, estas revisões, são sempre intensões, a verdade é que, de novembro até hoje ainda não houve desenvolvimentos significativos em alguns aspetos, ou em quase todos os aspetos que teria indicado em novembro, por isso, disse o Senhor Vereador António Xavier, a sua orientação de voto será a mesma, de não chumbar uma revisão que é importante para a autarquia e que vai permitir, iniciar os procedimentos, mais rapidamente, mas também na expectativa de que aqueles procedimentos que elencou e que o Senhor Vereador António Xavier considera são fundamentais, nomeadamente, o tema da habitação naquele bairro que a Câmara pode desenvolver, a renovação e a reabilitação da Zona Industrial da Adua como pilares importantes para o desenvolvimento da economia em Montemor-o-Novo, e por último, o tema da habitação, para resolver o problema grave da habitação, pois os dados do final da semana passada, indicavam que Portugal é o país da União Europeia onde é mais difícil comprar casa, face aos rendimentos que os portugueses têm. Disse o Senhor Vereador António Xavier que, é mais difícil comprar casa em Portugal do que nos Estados Unidos, e explanou que, neste momento, as câmaras municipais têm um papel muito importante e devem assumir esta responsabilidade e avançar com esta e outras soluções.

Pediu a palavra o Senhor Vereador António Pinetra, que começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente e todos aqueles que assistem a esta transmissão pelas vias digitais. Colocou duas questões, a primeira e porque enquanto oposição sempre foi contestado pelos eleitos do PS a confusão à volta dos números que passavam e que saíam no saldo da conta de gerência, no entanto hoje a discussão é em torno da redistribuição de 5 418 035,21€ do saldo da gerência anterior, disse o Senhor Vereador António Pinetra que, alguma coisa que deveria ter corrido bastante mal a este Executivo para ter apresentado estes valores. Nesse sentido, deveria ser devidamente fundamentada a razão pela qual está a ser realizada nesta altura, a inserção do saldo da conta de gerência, fundamentar qual a verdadeira razão que levou ao aceleração deste processo, o argumento apresentado de eleições, não pode ser a justificação para esta situação.

Afirmou ainda o Senhor Vereador António Pinetra que de acordo com a redistribuição dos montantes apresentados, na sua opinião, continua-se a perder oportunidade de investir em coisas que estão prontas para serem investidas, e que lhe faz confusão afetar 3,7 milhões de euros em despesa corrente e 1,7 milhões de euros em despesa de capital.

O Senhor Vereador António Pinetra, questionou o Senhor Presidente sobre o reforço de verba apresentado para a Zona Industrial da Adua, que tinha uma dotação inicial de 8 550,00 euros e agora recebe mais de 260 mil euros, uma vez que não tem conhecimento de qualquer projeto que esteja a ser perspectivado neste âmbito. Questionou também a que se refere a rubrica orçamental 07.01.10.02 – *Outros*, dotada de mais 319 mil euros, no sentido que já existiam 451 mil euros, perfazendo um total de 770 mil euros. E por último, embora houvesse muitas outras questões a colocar, na

rúbrica de *Material de Transporte* também foram dotados mais de 350 mil euros em cima dos 407 mil euros que já estavam inicialmente previstos.

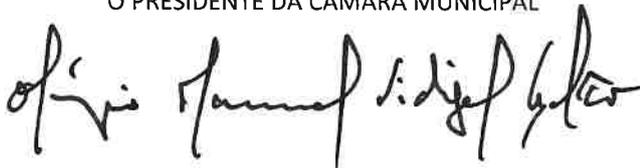
O Senhor Presidente, retomou a palavra para responder às questões anteriormente colocadas e realçar que 1 475 000,00€ é verba do Convento da Saudação, para este ano, o ideal seria executar tudo no mesmo ano, no entanto é bastante complexo, uma vez que existem concursos a ficar desertos e procedimentos a prolongarem-se no tempo. Relativamente à compra de terrenos nas Silveiras, explanou o Senhor Presidente que, tem a ver com expropriações e acordos de compra necessária para a faixa que diz respeito ao passeio da Rua do Pascoal Coelho. Em Santiago do Escoural, será para a aquisição de um espaço em frente ao parque de estacionamento, que está abandonado já há muito tempo e que é vontade da Junta de Freguesia adquirir, a Câmara Municipal tem intenção de o adquirir, para aumentar a dimensão do parque de estacionamento em Santiago do Escoural, que neste momento faz falta com a dinâmica que a freguesia vai tendo.

Deliberação: O Órgão Executivo reunido a 25/02/2025, deliberou aprovar por maioria a proposta supramencionada, com 3 votos favoráveis dos Eleitos do PS; 1 abstenção do Eleito da Coligação CDS/PSD e 3 votos contra dos Eleitos da CDU. Os Eleitos da CDU apresentaram Declaração de Voto. Aprovada por maioria com voto de qualidade do Senhor Presidente. Documento a remeter para deliberação da Assembleia Municipal.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião eram dezasseis horas e nove minutos, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta ata em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco, barra de dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

E eu, Paula Cristina Barreto Arraiolos Mira, Assistente Técnica, que a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



A ASSISTENTE TÉCNICA

